

Coesão social em grupos organizados de catadores de material reciclável no cenário de Fortaleza

Larissa de Brito Feitosa

Cássio Adriano Braz de Aquino

Universidade Federal do Ceará

larissabf@hotmail.com; brazaquino@ufc.br

A caminhada que culminou na proposta dessa pesquisa teve início em 2006 por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) onde é estabelecido como prioridade o atendimento integral às famílias, buscando manter e fortalecer os seus vínculos, assim como a inclusão dos cidadãos nas políticas públicas e no mercado de trabalho, mediante ações baseadas em realidades locais que envolvam e incentivem o protagonismo e a emancipação dos sujeitos e comunidades (BRASIL, 2008). Com base nessas premissas, fundamentadas nas diretrizes da nova Política Nacional da Assistência Social (PNAS) de 2004, foi elaborado, em fins de 2006, um projeto local voltado para a inclusão produtiva nas comunidades do Conjunto Ceará e Genibaú, área de abrangência do referido CRAS. Para isso contamos com a participação do IFEE (Instituto de Formação Empreendedora e Educação Permanente) como facilitador do processo de grupo voltado para o empreendedorismo.

No mesmo período a equipe do referido CRAS iniciava o acompanhamento de um grupo com demandas bastante específicas, formado, incluídos no projeto citado. A partir de então, entramos em contato com o cotidiano desse grupo, estabelecendo, assim, primeiros contatos com o Fórum do lixo e cidadania, existente desde 2001, e articulado mensalmente com envolvimento de várias entidades governamentais e não governamentais, a fim de discutir questões relativas à coleta seletiva em Fortaleza, incluindo aspectos ambientais, educacionais, organizacionais e de cidadania. Esses encontros proporcionaram o contato com outros grupos de catadores na cidade, que somam 16 associações e grupos, participantes da Rede de Catadores do Ceará e vinculados também ao Movimento Nacional de Catadores.

Atualmente, percebe-se certa desmobilização por parte de alguns, especialmente, perante ao Fórum, talvez pelo sentimento de não apropriação desse espaço e pela forma como o processo é conduzido na inserção desses grupos. Estes contam com iniciativas pontuais e, muitas vezes, assistencialistas e desintegradas de outras ações, com poucos efeitos políticos, emancipadores e fomentadores de coesão social.

Os primeiros contatos com os catadores ocorreram, assim, por intermédio do grupo Raio de Sol do Bairro Genibaú, expandindo-se para outras três associações (ARAN, ACORES e Reciclando), atualmente inseridos no Projeto de gestão sócio-econômico-ambiental de resíduos sólidos, coordenado e acompanhado pelo instituto citado.

O interesse em pesquisar esse grupo de trabalhadores surge da inquietação diante das condições de vida e de trabalho vivenciadas por eles, intensificadas por certa omissão do Estado e Município em viabilizar políticas públicas que incluam e apoiem esses grupos. As iniciativas percebidas são pontuais e descontínuas e sujeitas a mudanças de gestões e, aliado a isso, percebe-se a sobrecarga e degradação do meio ambiente diante de práticas irresponsáveis intensificadas pelo sistema capitalista de produção e pela pouca conscientização ambiental por parte da população e do setor industrial. As iniciativas de políticas de coleta seletiva, por

exemplo, capazes de inserir esses trabalhadores, ao mesmo tempo conscientizar e fiscalizar essas práticas, mostram-se insuficientes e incipientes no município de Fortaleza, na qual muitos projetos ainda permanecem no papel e não são priorizados.

Estado e cidadania

Rosanvallon (1998) fomenta discussões sobre o papel do Estado Providência em duas perspectivas, uma pelo viés histórico institucional, de domínio do social, e outra de dimensão filosófica, estando a noção de cidadania vinculada a uma dívida contraída pelo estado com o indivíduo. O autor destaca que há uma mudança na concepção de cidadania, antes com foco no cidadão para dar destaque ao indivíduo vitimizado por outrem. Desta forma, a política de solidariedade é substituída por uma concepção de reparação de prejuízos, na qual a redistribuição é baseada em uma filosofia de indenização. O que se percebe é que a população já não se reconhece mais como cidadão de direitos, mas como vítimas de injustiças passadas, buscando beneficiar-se de recursos públicos pela via da vitimização. Esse tipo de postura é claramente percebido em alguns catadores e grupos, com visão mais assistencialista do poder público, não reconhecendo a política pública como direito e cidadania, colocando-se de fato no papel de vítimas.

Rosanvallon (1998) destaca o papel do Estado como promotor de sentimento de coesão social e asseguradora da integração em uma sociedade em situações críticas e de dispersão social. Esse sentimento é capaz de fortalecer a vivência de associações e da solidariedade social em prol de reconstituição de uma nação. Para o autor, não é possível refazer o Estado Providência sem “refazer a nação” mediante direitos cívicos oriundos de uma dívida social mútua. No caso de países de terceiro mundo, como o Brasil, o desenvolvimento econômico deficitário e a generalização da força de trabalho assalariada e precária dificultam a instituição de um Estado Providência em consonância com um sistema securitário garantidor dos direitos sociais. A visão do Estado, em uma perspectiva solidária, perde força no momento em que a constituição da identidade coletiva está fragilizada e fragmentada, impedindo responsabilidades recíprocas.

A contradição vivenciada pelo Estado, de voltar-se para aspectos políticos de cidadania reforçando laços de solidariedade, contrapõe-se e enfraquece-se diante da necessidade em abrir-se para o mercado econômico, a exemplo da emancipação da esfera do trabalho regido por uma lógica Capitalista em um sistema mais globalizado, com poucas interferências do Estado. Ciampa (2005, p.127) sintetiza bem os reflexos dessa contradição ao afirmar que “em todo lugar em que existe uma classe de pessoas sem subsistência, existe violação de direitos da humanidade e, assim, o equilíbrio social é rompido”, pois esse tipo de sociedade de classes intensifica a exploração e violação ao barrar possibilidades de expressão de humanidade, em geral viabilizada pelo trabalho diante da sua centralidade e importância em nossa sociedade.

Trabalho precarizado

Esse contexto de desemprego estrutural e de novas formas de pobreza e desamparo promove, de acordo com Rosanvallon (1998), o aumento da exclusão social, fato que se torna mais importante em nossa sociedade. Assim, a chamada “questão social” desloca-se de uma análise ampla e global do sistema, em relação à distribuição e exploração, para priorizar segmentos mais vulneráveis da população.

Para Castel (2001) a situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente afetou a condição salarial, o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a

essas condições, a multiplicidade de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, inempregados ou empregados de modo precário, intermitente, a exemplo dos catadores que criaram uma nova atividade como alternativa diante desse contexto. Essa situação desumana e desigual é geradora de tensões e conflitos sociais, fato que pode comprometer a coesão social em nossa sociedade, tanto em termos macro como micro da estrutura social.

Segundo Rosanvallon (1998), a luta contra a exclusão simplificou o social e enfatiza que o fenômeno social não restringe ou esgota a questão social, pois existem outras questões importantes como a desestabilização geral da condição salarial diante da precarização e fragilização multiforme da mão-de-obra assalariada geradoras de um aumento do número de excluídos, resultante de um processo e não apenas de um estado social determinado. E um outro aspecto é a sobrecarga tributária assumida pela “classe média”, figura central para o funcionamento da sociedade atual, diante de uma lógica da política social concentrada nos chamados excluídos.

Castel (2001) enfatiza que uma formação social em que cerca de metade da população deve contentar-se em com reservas mínimas para sobreviver, a pobreza não cria problemas verdadeiramente, mais ainda é aceitável e até mesmo exigida. Para ele, a pobreza está escrita nos planos da providência e é necessário ao funcionamento da máquina social. Porém, tal “Estado” só constitui um todo harmonioso se ambos, ricos e pobres formarem par estável e forem complementares, ou seja, se a pobreza for integrada promovendo coesão social mínima.

Os trabalhadores que atuam na coleta de material reciclável vivenciam situação de grande precarização das condições de trabalho, fomentadas pelo Sistema Capitalista e pela Globalização, sofrendo como conseqüências a discriminação por parte da sociedade excludente, além de condições sócio-econômicas e de trabalho subumanas. Esse sistema gera desigualdades sociais e promove tensões, controladas, segundo Góis (2005), por mecanismos que funcionam na sociedade, chamados de ideologia de submissão e resignação. Parte significativa dos grupos que formam a Rede de catadores vive às sombras dessa lógica de dominação, forte mecanismo de fragmentação dos grupos por meio da fragilização dos laços e da coesão social.

A realidade dos catadores de material reciclável em Fortaleza

No caso dos catadores, eles encontram na atividade uma alternativa de sobrevivência, diante dessa lógica de mercado excludente e perverso, em um trabalho desvalorizado e não reconhecido pela população e por sua vez com poucas iniciativas de políticas públicas, principalmente, de coleta seletiva, no caso de Fortaleza, que possibilitem condições favoráveis para o desenvolvimento do trabalho. Diante das escutas e vivências com os grupos de catadores, encontram-se muitos desafios desde questões sociais como o alto índice de violência, conflitos familiares, uso de drogas, trabalho infantil, condições de moradia e de trabalho precárias, baixa escolaridade, individualismo, baixa auto-estima, dentre outras, a aspectos econômicos, diante de renda insuficiente para manter famílias numerosas. Outro fator que interfere na atividade é a sazonalidade, pela sujeição a crises econômicas e as próprias condições climáticas, pois em períodos chuvosos o material torna-se mais escasso. Outros aspectos observados referem-se a processos organizacionais da atividade e do grupo, na forma como a atividade é gerenciada, os tipos de lideranças, participação em espaços coletivos, além da omissão de políticas públicas voltadas para essa atividade e para a sensibilização e conscientização da população diante de questões ambientais urgentes.

Das problemáticas citadas uma desperta a atenção diante de discursos recorrentes dos próprios catadores relacionados aos espaços de participação e à descrença em relação a iniciativas, sejam de instituições governamentais ou não. **Surge então uma questão, até que ponto estas iniciativas estão baseadas em demandas reais dos catadores, de forma a permitir participação, autonomia e coesão dos mesmos e como esses grupos percebem a organização em torno da atividade produtiva definidas por essas iniciativas.** Percebe-se que existem interesses institucionais, políticos e financeiros, tendo em vista o potencial gerador de recursos financeiros oriundos dessa atividade de reciclagem, que envolve empresas privadas e públicas. A falta de integração entre as instituições, pouco interesse do poder público, interesses individuais, falta de visão do coletivo, a morosidade dos processos administrativos, a pouca mobilização e articulação dos catadores, uma ideologia de dominação e submissão, dentre outros fatores, podem influenciar para o fracasso de muitas iniciativas e para o fortalecimento e coesão desses grupos de catadores.

Os catadores surgiram, então, neste cenário de precarização das condições de trabalho que gera desempregos e encontraram nessa atividade uma alternativa de sobrevivência. Para a maioria, se tivesse oportunidade optaria por outra atividade que gerasse melhor renda para a família, além de satisfação, tendo em vista ser uma atividade desvalorizada socialmente, como já dito. Mas por outro lado, existe certa mobilização, mesmo que incipiente, de grupos minimamente organizados que buscam e conferem certa identidade à atividade, coesão do grupo e reivindicações de sua cidadania por meio dessa atividade, na tentativa de garantias de seus direitos.

Ao se afirmarem como catadores de material reciclável e não de lixo, buscam valorização simbólica da atividade, pela característica de transformação conferida ao reciclável, já que o lixo significa o que não tem valor, que pode ser descartado, refletindo, em parte, nesse processo de identificação. Para esses trabalhadores existe diferenciação entre os termos catador, coletor e reciclador. Aqui em Fortaleza, devido à inexistência da coleta seletiva que beneficiaria em muito esses trabalhadores na coleta do material, eles permanecem na atividade de catar literalmente material apropriado para reciclagem em lixos domésticos, industriais e inclusive em lixões e aterros da cidade. São poucos que de fato reciclam esse material, geralmente repassam o material a valores muito baixos para grandes indústrias ou depósitos, chamados de atravessadores. Há quem os denomine de Agentes Ambientalistas, porém a maioria não se percebe nesse papel, apesar de surgir, de forma sub-reptícia, na fala de alguns, e considera a atividade como forma objetiva de sobrevivência e geração de renda para a família.

Processo de organização desses trabalhadores

Apesar da existência de grupos organizados em associações, muitos ainda não são legalizados, muitas vezes por dificuldades de licença ambiental e ausência de recurso para simples registro em cartório. Mesmo fazendo parte do chamado Movimento Nacional de Catadores e da Rede de Catadores local, fato que imprime certa coesão do grupo, percebe-se na prática certo individualismo e fragmentação de ações que refletem nos processos do grupo.

Em torno de uma atividade produtiva, a de catação de material reciclável, esses grupos buscam organizar-se, almejando superar condições precárias citadas, buscando vidas mais dignas e qualidade de vida. Nesse contexto, encontramos um movimento nacional organizado que busca a sensibilização e valorização da atividade pela sociedade e poder público, além de incentivos para impulsionar a atividade, em um ato de cidadania na busca de seus direitos. Porém, mesmo representantes do movimento que deveriam ter uma visão mais

crítica, assumem discurso da classe dominante, de forma pouco crítica e superficial. No universo das quatro associações acompanhadas, vinculados a chamada Rede de Catadores, percebe-se uma diversidade de realidades bastante peculiares e estágios de organização bastante distintos também, reflexos da caminhada e história de cada uma e da construção da própria “categoria” ainda em processo, reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) apenas em 2002.

Segundo Castel (2001), o trabalho permanece como referência central, não só em sua dimensão econômica, mas também quando concebe o trabalho em seu universo psicológico, cultural e simbólico e reconhece o trabalho humano e concreto, que cria coisas socialmente úteis em seu potencial emancipador. Para ele, se o trabalho torna-se dotado de sentido, estrutura o ser social que se humaniza e emancipa-se, proporcionando posicionamento mais crítico, transformando, assim, sua realidade e vida.

Para Góis (2005), fundamentado no enfoque das teorias da atividade e histórico cultural da mente, que também irá compor as bases teóricas desta pesquisa, a atividade significa a interação dialética indivíduo-mundo, sendo por meio dela que o indivíduo não só se identifica, mas consegue mudar a realidade objetiva e dar significado ao mundo e a ele mesmo. Nesse processo de apropriação, constrói a história, cria a cultura e forma sua consciência no mundo, constituindo-se, assim, como sujeito.

Vigotsky (2003) afirma que mesmo em formas mais primitivas, o trabalho é mais do que um processo entre ser humano e a natureza, pois exige coordenação de esforços, certa habilidade para fazer o comportamento próprio concordar com o de outros e organização e regulação das próprias relações para que possam entrar como parte componente na trama do comportamento coletivo. Por isso, ele considera o trabalho, particularmente em suas formas mais superiores e técnicas, como a mais grandiosa escola de experiência social.

Diante do exposto tem-se como objetivo central desta pesquisa analisar a percepção dos catadores de material reciclável frente às iniciativas de organização desse grupo promovidas por entidades privadas ou vinculadas às Políticas Públicas na cidade de Fortaleza. Para isso pretende-se também verificar o processo de organização da atividade dos grupos de catadores de material reciclável, identificar as Políticas Públicas de inclusão produtiva no âmbito da Coleta Seletiva em Fortaleza e, finalmente, analisar o posicionamento dos grupos de catadores em reação às Políticas Públicas voltadas para Coleta Seletiva em Fortaleza.

Trilhas metodológicas

Na visão de Chizzotti (2001, p.29), o método preconiza que “a ciência é uma e que os fatores humanos e sociais diferem dos fatos das ciências da natureza”, fato que exige uma metodologia que vise contemplar e investigar a complexidade dos fenômenos humanos inseridos em processos históricos e culturais específicos. Para Richardson (1999), a abordagem qualitativa é a mais adequada para atender a natureza de um fenômeno social, ou seja, dinâmico e complexo, de difícil quantificação. O presente estudo pretende-se, assim, de natureza qualitativa.

A partir do acompanhamento e interação com os quatro grupos, durante período de mais de dois anos, almeja-se acompanhar o cotidiano da associação localizada no Bairro Bom Sucesso, na cidade de Fortaleza, devido ao seu processo histórico, à implicação dos trabalhadores na atividade desenvolvida e à inserção da liderança na comunidade onde atuam e moram, além de sua representatividade na Rede de Catadores.

Para a realização da pesquisa, será utilizado, fundamentalmente, o diário de campo e grupos focais, como instrumentos de coleta de dados, além da análise de discurso, a fim de obter melhor apreensão e análise da realidade e cotidiano dos grupos a partir dos discursos que os permeiam. Conversas do cotidiano e de encontros já realizados com o grupo também poderão compor elementos para análise desta pesquisa.

Os grupos focais objetivarão diálogo com grupo escolhido a fim de tematizar sobre suas percepções em torno da atividade desenvolvida e sobre envolvimento com o poder público diante das ações propostas e resultados obtidos no que se refere à organização do grupo por meio da atividade. A utilização de diário de campo como recurso que visa apreender sentimentos, impressões e reflexões sobre relações e espaços vividos, viabilizará elementos importantes para compor reflexão teórica e crítica, especialmente, no que se refere ao processo de organização do grupo frente à atividade, às relações estabelecidas e estratégias desenvolvidas frente às contingências sociais e da atividade.

A caminhada da Associação de Reciclagem Amigos da Natureza

A história da Associação de Reciclagem Amigos da Natureza (ARAN) começa a ser contada antes mesmo de sua idealização e criação em 2003 e inicia-se com a história de uma família, na qual uma mãe levava seus cinco filhos para o antigo Aterro Sanitário de Fortaleza, localizado no Bairro Jangurussu, a fim de catar material que era vendido para sustento da família. Lá, as crianças ficavam todo o dia em uma pequena tenda improvisada, onde tudo era uma grande brincadeira. Mas na vida real, não aprenderam a ler nem a escrever, mas trouxeram consigo o ofício de catador que desenvolvem até hoje em família. A ARAN começou a ser delineada há aproximadamente seis anos por meio de um projeto de geração de emprego e renda promovido pela Prefeitura Municipal, à época, com a finalidade de inclusão dos trabalhadores diante de um projeto de reestruturação do antigo aterro para tornar-se centro de triagem em meados de 2004. A atual presidente da associação, que era uma das crianças que brincava no aterro e ao mesmo tempo cuidava dos irmãos, na época presidente da associação de moradores do bairro, ajudou a mobilizar pessoas da comunidade por meio de encontros periódicos e orientação da equipe técnica do projeto. O espaço utilizado era um antigo mercado abandonado, tendo sido invadido para iniciar a atividade que iniciou com dez participantes. Atualmente, o espaço possui isenção de IPTU concedido pela Secretaria Executiva Regional IV, porém não pertence ao grupo, fato que gera conflitos com representantes da comunidade, interessados no espaço. Hoje, a associação conta com aproximadamente 20 pessoas, variando de acordo com contingências do mercado e, em relação à atividade, existem duas formas de divisão dos recursos alcançados, quando oriundo de doação o valor é dividido igualmente por todos os participantes, ficando uma porcentagem para despesas da própria associação. A outra forma é por meio da produção individual, o trabalhador recebe pelo que coleta, alcançando valores que variam de R\$10,00 a R\$15,00 por dia. Um dos problemas mais evidentes vivenciados na associação é o de consumo de drogas, que tem sido amenizado com melhorias alcançadas pela própria atividade.

Tendo por referente esse breve repasse teórico e relato vivencial, pretende-se por meio da pesquisa, propiciar uma reflexão crítica diante da realidade e percepção de catadores, visando sensibilização das políticas públicas e proposição de ações sustentáveis de melhoria da condição de vida desse grupo de pessoas e trabalhadores por meio da atividade desenvolvida, que vislumbrem também o fortalecimento do sentido de grupo, da identidade e da coletividade do mesmo.

Tendo por referente esse breve repasse teórico pretende-se propiciar uma reflexão crítica por meio da percepção dos catadores diante de sua realidade em relação à atividade desenvolvida e frente às Políticas Públicas de coleta seletiva na cidade de Fortaleza.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência social, *Norma Operacional Básica*. Brasília, 2005. 83p.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001. 611p.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164p.

CIAMPA, Antônio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2005. 243p.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Assistência Social, *Projeto de inclusão produtiva para mulheres do Programa Bolsa Família de Fortaleza*. 2007 (texto não publicado)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165p.

GÓIS, César Wagner de Lima. *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. 237p.

RICHARDSON, Robert Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 170p.

VIGOTSKY, L. S. *Psicologia pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2003. 311p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/casasdafamilia>>. Acesso em: agosto de 2008

_____. *Projeto de inclusão produtiva*. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: agosto de 2008